

## EDITORIAL

Temos a satisfação de apresentar mais uma edição da Revista UNIFESO - Humanas e Sociais, primeiro periódico eletrônico do Centro Universitário Serra dos Órgãos.

O momento atual é caracterizado por forte conturbação social, política e econômica em nosso país: a instabilidade política nas esferas federal, estadual e municipal fomenta a insegurança social; a incerteza sobre a recuperação da economia causa grande preocupação em todos os setores produtivos; a intolerância política, religiosa e de outras naturezas exacerba os debates. Entretanto esse complexo cenário deve servir para reforçar o compromisso de todos que atuam na área educacional com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para robustecer a convicção de que, somente através da educação e conscientização de nossos cidadãos, é que poderemos encontrar os caminhos para solucionar os dilemas de nosso país.

Esta edição conta com nove artigos, sendo seis de professores e pesquisadores vinculados a nove instituições de ensino superior do país – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Centro-Oeste, no Paraná (UNICENTRO), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Instituto Federal Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) e o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), em Mato Grosso do Sul – além de três trabalhos de pesquisadores atuando em renomadas instituições estrangeiras – o *King's College*, de Londres; a Pontifícia Universidade Católica da Argentina (UCA) e o *European Research Council*, da Bélgica.

Como sempre, devemos aos autores nossos principais agradecimentos pela colaboração no constante aprimoramento de nosso periódico e pela confiança no trabalho que está sendo realizado, mas também precisamos reconhecer a imprescindível colaboração dos avaliadores, pesquisadores dedicados que, voluntariamente, destinam parte de seu precioso tempo para colaborar com a divulgação qualificada de conhecimentos.

Reiterando que o foco de nossa publicação, como o próprio nome do periódico já evidencia, relaciona-se com as temáticas relevantes para a área de humanas e sociais, destacamos os trabalhos publicados.

O primeiro trabalho analisa a avaliação da aprendizagem escolar como área de especialidade, tratando dos gêneros que circulam na esfera avaliativa e apontando os chamados gêneros de especialidade. Partindo de uma abordagem pelo viés dos gêneros textuais, o artigo **Gêneros de especialidade no contexto avaliativo**, do professor Bruno de Assis Freire de Lima, do Instituto Federal de Minas Gerais, defende a posição de que o gênero item é prototípico da avaliação.

Os pesquisadores Ivan da Costa Ilhéu Fontan, Arnaldo Henrique de Oliveira Carvalho e Elaine Cristina Silva Guimarães trazem uma contribuição do Projeto Sala Verde realizado no Espírito Santo, através do artigo **A Sala Verde Caparaó e a educação ambiental não formal**. Os pesquisadores, vinculados ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, apresentam experiências relacionadas à promoção da educação ambiental em espaços não formais, dentre os quais se destacam o incentivo às práticas agroecológicas e de produção orgânica, o resgate de conhecimentos populares sobre plantas medicinais e sementes crioulas, bem como a colaboração e organização de eventos, de modo a envolver a sociedade nas questões socioambientais da região.

O artigo **A formação do professor para atuação em uma escola de conhecimento a partir da experiência PIBID no curso de geografia da UNICENTRO, IRATI/PR**, de autoria dos professores Daniel Luiz Stefenon (realizando o doutorado na Universidade de São Paulo) e Wanda Terezinha Pacheco dos Santos, busca realizar reflexões sobre o processo de formação docente a partir de experiências engendradas pelas atividades do

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em um curso de Licenciatura em Geografia. Depois de debater os pressupostos que orientam o subprojeto PIBID em questão, apresentam reflexões sobre a pertinência do Programa, tanto a partir da análise de falas dos bolsistas, como também de contribuições teóricas sobre o tema.

O professor Murilo Cardoso de Castro, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta um ensaio de compreensão sobre “o que é qualidade?” de modo a permitir sua definição, a concepção de um modelo para sua abordagem e a investigação da “justa medida” de qualidade. Sob o título ***A qualidade sob medida***, o autor busca guiar sua reflexão, a partir do pensamento do filósofo Martin Heidegger, apresentando uma tentativa de síntese de algumas classes de indicadores para uma “medida justa”.

A literatura sobre organizações sem fins lucrativos aponta a existência de uma grande dificuldade na determinação de indicadores de desempenho para tais organizações. Considerando isso, o artigo ***Indicadores de Desempenho de Organizações Esportivas do Terceiro Setor***, de Luiz Felipe Dias Rangel Kling, doutorando no *Department of International Development de King's College*, em Londres, visa contribuir para a elucidação desse tema através da discussão sobre indicadores de desempenho de confederações e federações esportivas.

Fernando Alberto Dutra Fernandes – doutorando em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica da Argentina – é o autor de ***Treaty Shopping: el abuso de la forma y del derecho a la luz de los tratados que evitan la doble tributación***. O professor afirma que, em um ambiente formalizado por normas, a criatividade, no que concerne ao planejamento fiscal, precisa ter como limites a obediência às determinações legais sob pena de ocasionar insegurança e grandes prejuízos à sociedade. O artigo defende que o fluxo de capitais deve ser livre, entretanto não ao ponto de corromper os princípios, a ética e as leis. Nesse sentido, o fenômeno do *Treaty Shopping* deve ser combatido pela aplicação regular do direito, fundamentado nos princípios da ética e da moralidade fiscal. Isso significa que uma ética tributária deve ser regulada entre os Estados no sentido de impedir que operadores ou pessoas, que querem lucrar a qualquer custo, possam se instalar legalmente nos países. Nesse sentido, a **Organização para a**

**Cooperação e Desenvolvimento Econômico** - OCDE e outros organismos de controle internacional precisam intensificar a criação de procedimentos que coíbam práticas oportunistas no campo das relações fiscais, orientando os Estados a combater os desvios no uso do direito, dando prioridade, nesse combate, à investida ao que é mais precioso para esse grupo de oportunistas, seu patrimônio.

A questão da experimentação animal é o tema do trabalho apresentado por Felipe Maciel dos Santos Souza – professor do Centro Universitário da Grande Dourados e doutorando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O artigo ***Preceitos éticos e legais da experimentação animal no Brasil*** descreve os preceitos que são sempre questionados na realização de práticas com animais no curso de Psicologia: o princípio dos 3Rs, os princípios norteadores para o trabalho e o cuidado com animais de laboratório e as leis referentes à experimentação animal no Brasil. Além disso, o trabalho defende a necessidade de organização e colaboração da comunidade científica visando influenciar os detentores do poder decisório para a modificação de algumas políticas relacionadas ao tema.

O desafio analítico proposto pelo artigo ***Uma questão de vida ou morte: a necropolítica do acesso à justiça*** é explorado primeiramente a partir dos seus limites, denominados, com base em Boaventura Santos, divisões abissais do acesso à justiça. O principal argumento da professora Élide de Oliveira Lauris dos Santos – pesquisadora vinculada ao *European Research Council*, da Bélgica – é que a ação soberana do Estado que cinde o desenvolvimento civilizacional em zonas democráticas e estados de exceção é necropolítica. Na medida em que distribui de forma excludente e desigual os recursos políticos e econômicos exerce um direito de veto sobre as condições de vida e, conseqüentemente, tem um poder de decisão sobre a exposição à morte dos grupos marginalizados. Um exercício de veto que uma estrutura de assistência jurídica pode interromper circunstancialmente, mas não pode derrubar. Nesse sentido, o papel da política pública de acesso à justiça não manifesta a garantia de livre desenvolvimento democrático do indivíduo dentro do Estado, mas a abertura de redes de ação e luta social empreendida em diferentes escalas de realização do direito. De forma crítica, a autora pretende

demonstrar que adotar uma concepção emancipatória do direito implica substituir a afirmação única da democratização promovida pelo direito estatal através do acesso à justiça pela repetição dupla e recíproca dos regimes epistêmicos da democracia e sua exceção.

Encerrando esta edição, o artigo ***O juízo de equidade como antecedente e base para os conceitos de razoabilidade e proporcionalidade*** – do professor José Ricardo Cunha, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – apresenta o conceito de equidade como base e fundamento para as ideias de razoabilidade e proporcionalidade. Para tanto apresenta um nexo de vinculação entre lei e justiça e, posteriormente, a origem do conceito de equidade a partir da filosofia de Aristóteles. Por fim, traça o percurso que consolidou as ideias de razoabilidade e proporcionalidade como vedação do excesso e mostra a conexão desse percurso com o conceito de equidade.

Ao publicarmos mais este número, reafirmamos o compromisso do Centro de Ciências Humanas e Sociais de valorizar a produção científico-acadêmica de qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente, a fim de levar a efeito a visão do UNIFESO em se afirmar como Centro Universitário de excelência na região serrana do Rio de Janeiro.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

*Leonardo Figueiredo Barbosa*

**Editor-Chefe**

*Ana Maria Gomes de Almeida*

**Conselho Editorial**

*Hosana Carreiro Carvalho*

*João Cardoso de Castro*

*José Carlos Zebulum*

*Jucimar André Secchin*

*Luiz Antonio de Souza Pereira*

*Roberta Montello Amaral*

*Mariana dos Reis Caminha*

**Comitê Executivo**